

ARTIGO

A pandemia de Covid-19 e seus impactos socioeconômicos no Rio Grande do Norte: uma análise a partir da PNADc

Ellitamara Alves de Oliveira Melo[†] | Thaise da Costa Varela[‡] | Luziene Dantas de Macedo[§]

Resumo

Com um olhar voltado para o Rio Grande do Norte, este trabalho visa avaliar os impactos da Covid-19 sobre a evolução da força de trabalho, distribuição populacional, disparidades de gênero e diferenças raciais, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, que faz uso dos microdados da PNADc por meio do método estatístico comparativo, contemplando os períodos 2019.4 e 2020.4. Para tanto, utilizou-se o software R. Ao realizar a análise comparativa, este estudo permite averiguar as diferenças antes e durante a pandemia da COVID-19 no RN, permitindo, assim, verificar seus impactos socioeconômicos durante esse período crítico. Os resultados evidenciaram as desigualdades regionais e vulnerabilidade sociais existentes, expondo questões estruturais mais profundas da sociedade como a precarização do mercado de trabalho, implicando não apenas a necessidade de ter que lidar com os desafios imediatos da pandemia, mas também reconhecer a incapacidade das estruturas básicas existentes. Como sugestão aponta-se a necessidade da realização de investimentos contínuos no sistema público de saúde e criação de programas sociais voltados ao enfrentamento das condições de vulnerabilidade socioeconômicas, considerando as desigualdades socioeconômicas existentes.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19; Rio Grande do Norte; PNADc.

[†]Mestra em Economia UFRN. E-mail: ellitamara.oliveira@gmail.com

[‡]Mestra em Economia UFRN. E-mail: thaise_varela@hotmail.com

[§]Doutora em Economia pela UNICAMP. Professora do Departamento de Economia da UFRN. E-mail: macedoluziene@gmail.com

Abstract

With a focus on Rio Grande do Norte, this work aims to evaluate the impacts of Covid-19 on the evolution of the workforce, population distribution, gender disparities and racial differences, based on the National Household Sample Survey Continuous (PNADc). This is exploratory research, which uses PNADc microdata through the comparative statistical method, covering the periods 2019.4 and 2020.4. For this purpose, the R software was used. By carrying out comparative analysis, this study allows us to investigate the differences before and during the COVID-19 pandemic in RN, thus allowing us to verify its socioeconomic impacts during this critical period. The results highlighted existing regional inequalities and social vulnerability, exposing deeper structural issues in society such as the precariousness of the labor market, implying not only the need to have to deal with the immediate challenges of the pandemic, but also recognizing the inability of existing basic structures. As a suggestion, the need to make continuous investments in the public health system and the creation of social programs aimed at confronting conditions of socio-economic vulnerability is highlighted, considering existing socioeconomic inequalities.

Keywords: Covid-19 Pandemic; Rio Grande do Norte; PNADc.

1. Introdução

A Pandemia de Covid-19, cujos primeiros casos foram identificados em 2019 na cidade de Wuhan, China, chegou ao Brasil no início de 2020 e evidenciou a inexistência de estruturas de saúde pública adequadas a proporcionar respostas rápidas e eficientes às questões novas provocadas por uma pandemia. O Rio Grande do Norte teve seu primeiro caso de COVID-19 confirmado em março de 2020, e, a partir daí, deu-se início à implantação das primeiras medidas restritivas e de isolamento social no estado com o objetivo de reduzir/atenuar a propagação do vírus.

Essas ações, somadas à crise sanitária, desencadearam sérias consequências para a economia e a sociedade de maneira geral. Com isso, diversos estudos (Bridi, 2020; Costa; Barbosa; Heckshe, 2022) têm mostrado os impactos em nível nacional da Pandemia de Covid-19 sobre o nível de atividade econômica e no emprego, demonstrando, portanto, que os efeitos sobre o mercado de trabalho são intensificados devido ao elevado grau de informalidade, ou seja, 41,6% das pessoas empregadas no último trimestre de 2019 eram pessoas que se encontravam no mercado informal e, no

Rio Grande do Norte, esse número é relativamente maior, 48% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

Em 2019, às vésperas da pandemia, a economia potiguar possuía um PIB estimado em R\$71,33 bilhões e, naquele momento, já demonstrava um baixo crescimento percentual real do produto, 1,7% apenas. A representatividade percentual das atividades no PIB estadual se apresentava da seguinte forma: o setor de serviços era responsável por 77,4% desse valor, enquanto indústria e agricultura apresentavam 18,4% e 4,2%, respectivamente. Também naquele ano a taxa de desemprego foi de 13%, superior à média brasileira - de 11,9%. Além disso, é importante destacar que a taxa de desalento registrada no último trimestre era de 9,4%.

O Rio Grande do Norte possui elevada volatilidade do produto agregado, devido ao seu baixo nível de atividade econômica, e isso se deve a sua característica de ser uma economia periférica, localizada distante dos centros mais desenvolvidos do país, em termos industrial e mercadológico, tanto do ponto de vista geográfico quanto qualitativo.

Assunção, Ribeiro e Moura (2022) sinalizam a importância do setor de serviços para uma região. Isso porque,

o desenvolvimento de um país ou região pode ser atingido a partir do crescimento da importância econômica do setor de serviços, no que diz respeito tanto à geração de emprego e renda quanto à sua utilização como insumo para outros setores da economia" (Assunção et al., 2022, p. 3).

Nesse sentido, dado o peso do setor terciário para a economia potiguar, destaca-se o arrefecimento da evolução dos setores de comércio e serviços como propulsores da recessão de 2015 e 2016, levando à redução do crescimento do produto do estado nos anos seguintes.

No cenário industrial de 2019, já se observava uma variação negativa de -0,7% no crescimento real do setor, que já vinha demonstrando desaceleração, há pelo menos, desde 2011. Por outro lado, o setor agropecuário apresentava um crescimento anual de 5,5%, enquanto os serviços cresciam a uma taxa de 1,6%. Nesse sentido, Aquino e Nunes (2019) apontam para uma desindustrialização no Rio Grande do Norte, provocada principalmente pela queda da produção do petróleo local e o fim do ciclo de expansão da construção civil, o que, segundo os autores citados, pode explicar o declínio no crescimento da riqueza no estado, somada à marginalização gradual existente no

contexto regional.

De todo modo, considerando um cenário de realização de investimentos na cidade do Natal e região metropolitana, bem como a existência de áreas produtoras de petróleo, agricultura irrigada e energia eólica, os autores citados reforçam ainda a importância de se envidar esforços para a promoção do aumento no nível renda por meio da implantação de programas sociais que abranjam os demais municípios. Isso porque, dado o alto grau de informalidade do trabalho no RN, somado à dependência de boa parte da população em relação às transferências governamentais, e considerando o contexto pandêmico e de crise econômica, torna-se imperativa a atuação do Estado por meio da implementação de programas de assistência social, como o auxílio emergencial, redução de tarifas para as população de baixa renda, suporte financeiro às pequenas e médias empresas etc., com vistas a reduzir as desigualdades econômico-sociais e amenizar os danos oriundos da pandemia de COVID-19, especialmente em relação às famílias mais vulneráveis e às empresas de pequeno e médio porte.

No entanto, segundo Trovão e Araújo (2020), os benefícios do governo federal, concedido no período da pandemia de Covid-19, foi insuficiente para a população que recebeu o benefício, além da baixa cobertura, especialmente entre os indivíduos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e econômica. Destaca-se ainda que a queda do consumo agregado foi ainda mais acentuada devido, sobretudo, à reduzidíssima capacidade de compra da população dada à situação de baixa propensão a poupar, intensificando, por sua vez, os efeitos da crise pandêmica.

Um aspecto importante a ser considerado é a forma como as variáveis aqui elencadas devem ser interpretadas à luz de um cenário excepcional, o da pandemia de Covid-19, que, por sua vez, levou o IBGE a substituir a coleta presencial pela telefônica, resultando numa menor imprecisão dos dados coletados.

Tomando como exemplo o caráter distinto do comportamento dos indicadores, têm-se o contingente de desalentados (pessoas acima de 14 anos sem ocupação e que não procuram emprego), cuja tendência nesse contexto “é de uma ascensão inédita desses números, seja pela adoção da quarentena, seja pela falta de perspectivas de encontrar emprego em um cenário econômico recessivo” (Mattei; Heinen, 2020), o que, conseqüentemente, tende a aumentar força de trabalho potencial.

Assim, este trabalho visa avaliar os impactos socioeconômicos da Covid-19 sobre

a evolução da força de trabalho, distribuição populacional, disparidades de gênero e diferenças raciais, a partir do acesso aos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), considerando, comparativamente, o quarto trimestre dos anos 2019 e 2020. A ideia é examinar os impactos específicos da Covid-19 no estado do Rio Grande do Norte, com especial atenção voltada para questões como a evolução da força de trabalho, a distribuição populacional, as disparidades de gênero e as diferenças raciais, buscando assim compreender os impactos sociais e econômicos.

Este artigo organiza-se da seguinte forma: além desta introdução e da descrição da metodologia utilizada, o capítulo seguinte apresenta uma discussão breve sobre a Pandemia de Covid-19. Em seguida, serão apresentados os resultados e os aspectos quantitativos dos microdados da PNADc, discutindo, ainda que inicialmente, os impactos no que se refere às variáveis relativas à renda, concentração da mão de obra, cor e raça, bem como sobre a subutilização da força de trabalho durante a Pandemia de Covid-19 no RN, demonstrando, com isso, os resultados da pesquisa realizada. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

2. Metodologia

Em um país como o Brasil, que possui uma importante dimensão continental, mas também desigualdades sociais e econômicas bastante acirradas, pandemias como a Covid-19 possuem não apenas a capacidade de agravar uma situação perversa socialmente, mas também de aprofundar os problemas refletidos no histórico processo de desigualdade de renda, concentração de terra, poucas oportunidades de emprego e de acesso a melhores salários etc.

Nesse contexto, pode-se destacar que a pandemia aprofundou ainda mais as condições de vulnerabilidades sociais e econômicas, especialmente nas camadas mais precárias da sociedade. Quando inexiste infraestrutura de base, como saneamento básico, acentua-se a baixa qualidade de vida da população, o que evidencia as profundas assimetrias sociais e econômicas de um grande contingente da população que ainda sobrevive com rendimentos relativamente inferiores ao mínimo necessário à sobrevivência digna. Logo, o contexto pandêmico ressaltou os impactos diferenciados sobre a população e em diferentes regiões, a depender dos níveis de renda, condições

de emprego, gênero etc. intensificando os desafios e a complexidade que é lidar com uma pandemia cuja taxa de transmissão é alta e acelerada e os efeitos não ocorrem de maneira homogênea sobre a sociedade de maneira geral.

Desta forma, tendo em vista a necessidade de realizar estudos voltados para a territorialização, esse trabalho tem por objetivo compreender os impactos da Pandemia de COVID-19 no Rio Grande do Norte. Para isso, pretende-se realizar uma análise comparativa entre o último trimestre dos anos de 2019 e 2020. Esse período foi escolhido, por contemplar o início da Covid-19 no país e o período anterior à essa crise pandêmica.

Tabela 1. Variáveis da PNADc

Variável	Descrição
V1023	Tipo de área
V2010	Cor ou raça
V2007	Sexo
VD4010	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
V1022	Situação do domicílio
VD4001	Condição em relação à força de trabalho na semana de referência para pessoas de 14 anos ou mais de idade
VD4002	Pessoas ocupadas
VD4003	Pessoas fora da força de trabalho e na força de trabalho potencial
VD4003	Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial
VD4004	Pessoas subocupadas
VD4005	Pessoas desalentadas

Fonte: PNADc, 2024. Elaboração própria.

Pelos estudos realizados, o Brasil entra no seu período crítico no final de 2020, isso porque o Sistema de Saúde colapsou, apresentando problemas de acesso e aquisição a materiais básicos como respiradores, suprimento de oxigênio, desencadeando, conseqüentemente, uma escalada de aumento das taxas de mortalidade e longas filas de espera nas Unidades de Terapias Intensivas em diversas regiões/estados/municípios e no mesmo momento. Logo, optou-se pelo uso de dados

trimestrais porque estes permitem realizar uma abordagem associada às variações temporais, possibilitando identificar tendências que poderiam não ser possíveis considerando um intervalo maior. Assim, fez-se necessário realizar um comparativo entre os trimestres estudados para elucidação do objetivo proposto na presente pesquisa. Para tanto, este trabalho faz uso dos microdados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), os quais permitem realizar uma análise mais detalhada e aprofundada acerca do objeto de estudo.

No tocante às variáveis-base utilizadas no estudo aqui proposto, buscou-se fazer uma caracterização sobre a situação de domicílio, sexo, renda, caracterização territorial e ocupação por atividade, conforme demonstram as informações da Tabela 1, especialmente em relação a descrição das variáveis utilizadas, com base nas informações da PNADc.

No que diz respeito ao tratamento dos dados, utilizou-se o software R. Este instrumento estatístico permite auxiliar tanto a coleta dos dados como a análise deles por meio da manipulação e interpretação das variáveis selecionadas.

Ao longo do tópico que se segue, explora-se os resultados obtidos destacando as mudanças ocorridas no Rio Grande do Norte em decorrência dos impactos socioeconômicos diretos e que foram originados/desencadeados pela Pandemia de COVID-19.

3. Pandemia de Covid-19: surgimento e enfrentamento

A Pandemia de Covid-19 se insere na categoria de doenças virais que possuem significativo grau de letalidade. Seu surgimento desencadeou uma série de estudos científicos para não apenas mapear/explicar o patógeno causador da Covid-19, mas, sobretudo, para encontrar formas de minimizar os seus efeitos mais agressivos associados a perda da vida humana, bem como dos seus impactos sociais e econômicos. De forma conceitual:

O novo coronavírus (nCoV) é uma nova cepa de coronavírus que havia sido previamente identificada em humanos. Conhecido como 2019-nCoV ou COVID-19, ele só foi detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019. (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2024).

Em 2020, a OMS declarou que o surgimento do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o que implicava que a partir daquele momento começaríamos a lidar, em escala global, com um vírus cuja capacidade potencial de propagação era extremamente elevado, mas que também possui altas taxas de letalidade, pelos efeitos que acarretam no organismo, impactando assim os seguintes “sistemas: a) respiratório; b) cardiovascular; c) urinário; d) sistema nervoso central (SNC); e) sensorial; f) digestório; g) e reprodutor masculino” (Avelar et al., 2021, p. 5), mas que até aquele momento inicial eram praticamente desconhecidos. Ou seja, a sociedade mundial começava a lidar com um patógeno que, em seis meses, já havia atingido todos os continentes, alcançando um total de mais de 200 países, segundo dados do Worldometers (2024), e cujas sequelas de longo prazo ainda não eram claros para a comunidade científica.

Passados alguns anos desde o surgimento do novo coronavírus, Heightman et al. (2021), assinalam que as complicações pós-covid-19 ainda requerem caracterização e gestão simultâneas para planejar melhor as respostas políticas e do sistema de saúde.

Logo, pode-se aferir que a pandemia de COVID-19, causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, representou um dos maiores desafios de saúde pública do século XXI. Desde seu surgimento em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, a doença se espalhou rapidamente pelo mundo, resultando em milhões de casos e impactando profundamente todos os aspectos da sociedade global. O SARS-CoV-2 pertence à família dos coronavírus, que inclui outros vírus conhecidos por causar doenças respiratórias em humanos e animais. A origem precisa do SARS-CoV-2 ainda não foi plenamente estabelecida e continua sendo estudada, mas evidências apontam para um possível salto zoonótico, onde o vírus foi transmitido de animais para humanos. O surto inicial foi associado a um mercado de frutos do mar em Wuhan, sugerindo a possível origem animal do vírus, com morcegos sendo identificados como reservatórios prováveis (Nogueira; Silva, 2020).

A rápida disseminação da COVID-19 foi impulsionada pela natureza altamente contagiosa do vírus, com transmissão principalmente por gotículas respiratórias e contato próximo. A disseminação internacional foi facilitada pela conectividade global, com viagens aéreas permitindo que o vírus cruzasse fronteiras rapidamente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia em março de 2020,

reconhecendo sua disseminação global e impacto significativo na saúde pública (Nogueira & Silva, 2020).

Desde o início da pandemia, cientistas e pesquisadores têm trabalhado incansavelmente para entender o vírus, sua transmissão e desenvolver estratégias de diagnóstico, tratamento e prevenção. Avanços significativos foram alcançados no sequenciamento genético do vírus, permitindo uma rápida identificação de variantes e orientando o desenvolvimento de vacinas eficazes. O desenvolvimento rápido de vacinas baseadas em tecnologia de RNA mensageiro (mRNA) representou um marco na resposta científica à pandemia

O combate à COVID-19 envolveu uma abordagem multifacetada, incluindo medidas de saúde pública como distanciamento social, uso de máscaras, higiene das mãos e restrições de viagens. Além disso, campanhas de vacinação em larga escala foram implementadas em todo o mundo para controlar a disseminação do vírus e reduzir a gravidade das doenças. No entanto, desafios persistentes incluem desigualdades na distribuição de vacinas, resistência à vacinação e emergência de novas variantes do vírus. (Graf, 2020).

Os países mais afetados pela pandemia de COVID-19 foram identificados com base nos números totais de casos e mortes. Estes incluíram os cinco países abaixo mencionados, mas não se limitaram a estes. Desta forma, o rol dos cinco principais países que sofreram mais com a COVID-19 foram:

- a) Estados Unidos: Liderando em número absoluto de casos e mortes, com mais de um milhão de mortes, devido à sua grande população, densidade urbana e desafios na coordenação federal-estadual.
- b) Brasil: Com mais de 700 mil mortes, pode-se afirmar que a alta disseminação ocorreu devido à densidade populacional, desigualdades sociais e políticas de saúde divergentes.
- c) Índia: Grande população e densidade, desafios logísticos na implementação de medidas de saúde pública.
- d) Rússia: Dimensões territoriais vastas, concentração urbana e políticas de contenção variadas.
- e) Reino Unido: Impacto significativo devido à densidade populacional, idade da população e eficácia das medidas de saúde pública.

Vários fatores influenciaram a disseminação e mortalidade da COVID-19 nesses países. Vale destacar fatores como: Densidade Populacional, Infraestrutura de Saúde precária ou desigual, a ausência de Políticas de Saúde Pública e a frágil Resposta Governamental.

Assim como acontece com a ocorrência de pandemias, algumas em maior ou menor grau, a Pandemia de covid-19 acentuou situações de vulnerabilidade socioambiental já existentes no mundo, de carência no sistema de saúde, pela falta de estrutura física, insumos básicos e de capacidade humana, e desencadeou riscos específicos como (Global Preparedness Monitoring Board [GPMB], 2019):

- a) Surto de alto impacto e potencialmente de rápida propagação, que são detectados com mais frequência e cada vez mais difíceis de gerir.
- b) Impactos negativos particularmente profundos em ambientes frágeis e vulneráveis, onde a pobreza, a má governação, os sistemas de saúde fracos, a falta de confiança nos serviços de saúde, os aspectos culturais e religiosos específicos e, por vezes, os conflitos armados em curso complicam enormemente a preparação e a resposta aos surtos.
- c) Vulnerabilidade econômica.
- d) Alteração da dinâmica do comércio e do turismo, considerados importantes impulsionadores econômicos globais, mas que Pandemia de Covid-19 impactou negativamente, especialmente “fluxos turísticos e a dinâmica territorial da atividade em destinos turísticos potencialmente atrativos [...]” (Cifelli, 2022, p. 2).

Importante destacar que:

A relação entre epidemia/pandemia e vulnerabilidade social já foi constatada em outros momentos históricos, como nos casos da gripe espanhola, H1N1 (Gripe Suína) e SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), constatando que as desigualdades sociais “[...] são determinantes para a taxa de transmissão e severidade dessas doenças [...]” (Pires et al., 2020 Apud Farias & Junior 2020, p. 5):

Logo, tais problemáticas parecem colocar em evidência situações de instabilidades econômicas e sociais já existentes, intensificando assim mudanças no padrão de desigualdade de renda, nas condições de produção e consumo de bens e serviços, tornando mais evidente a relação entre os que possuem relativamente estabilidade financeira e empregatícia e os que se encontram em situações de

precariedade em termos de renda e de oportunidades no mercado de trabalho. Para ilustrar, a Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe [CEPAL], 2021) estimou para 2020 um aumento de 209 milhões de pessoas pobres na América Latina, ou seja, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior, bem como queda de 7,7% do PIB, representatividade cerca de 28% de morte por Covid para uma região, como a América Latina, o qual possui 8,4% da população mundial, níveis de pobreza e de pobreza extrema maiores em 2020, à despeito das medidas de proteção social, não observados, respectivamente, nos últimos 12 e 20 anos.

Nas palavras da Secretária Executiva da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena:

A pandemia evidenciou e exacerbou as grandes lacunas estruturais da região e, atualmente, vive-se um momento de elevada incerteza em que ainda não estão delineadas nem a forma nem a velocidade da saída da crise. Não há dúvida de que os custos da desigualdade se tornaram insustentáveis e que é necessário reconstruir com igualdade e sustentabilidade, apontando para a criação de um verdadeiro Estado de bem-estar, tarefa há muito adiada na região" (CEPAL, 2021).

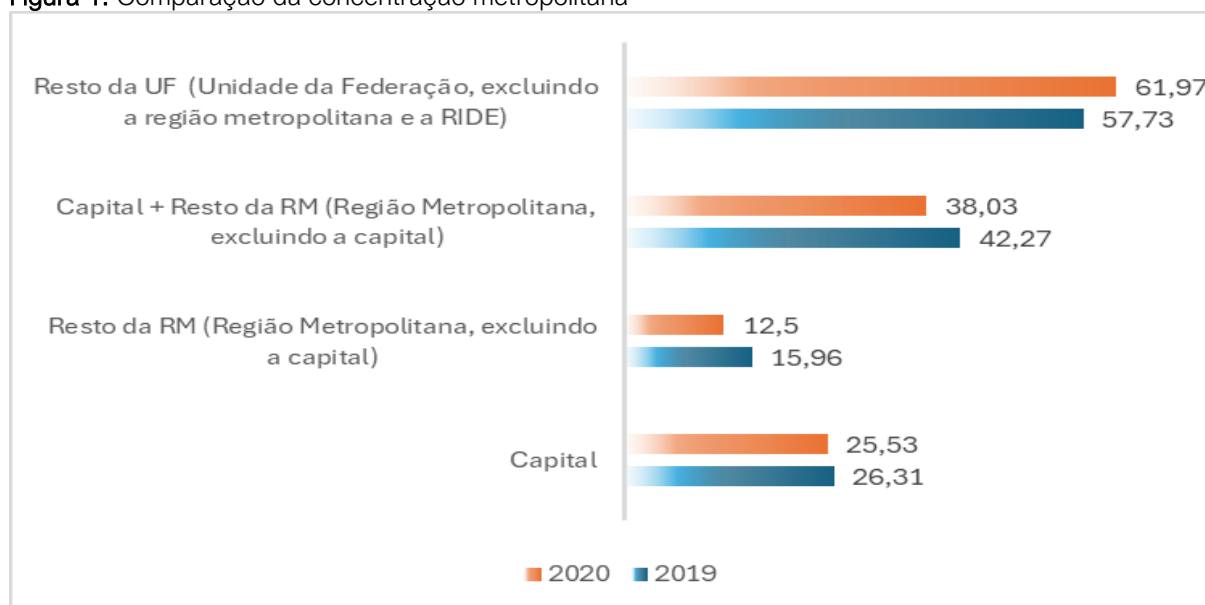
Desse modo, a pandemia mostrou a fragilidade das instituições e ações estatais, por não contar com políticas públicas estruturantes no sentido de mitigar os impactos socioeconômicos do isolamento social e redução das atividades produtivas. As instituições nos diversos níveis da federação foram incapazes de gerar uma resposta estruturada e condizente com a mitigação dos impactos para as camadas mais baixas da classe trabalhadora. A resposta mais evidente foi a do mercado (empresariado) que majoritariamente demitiu trabalhadores. Esse estado de coisas somente evidenciou as lacunas estruturais das políticas públicas. Essa lacuna ampliou as persistentes desigualdades econômicas no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Norte.

4. Pandemia de Covid-19 e os efeitos no Rio Grande do Norte: alguns resultados para reflexão

Com uma população de aproximadamente 3,3 milhões de pessoas e densidade demográfica de 62,5, o Rio Grande do Norte é o estado do Nordeste Brasileiro que possui

o segundo maior IDH para 2021 - 0,728 - segundo informações do IBGE (2023). Contudo, a concentração da atividade econômica na Administração Pública, os níveis de pobreza e uma indústria incipiente agravam as condições de uma região economicamente estagnada. Na busca por tentar compreender os efeitos que uma pandemia, como a de Covid-19, pode trazer para um espaço nessas condições já muito debilitadas socialmente e economicamente, realizou-se um estudo comparativo entre o quarto trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2020.

Figura 1. Comparação da concentração metropolitana



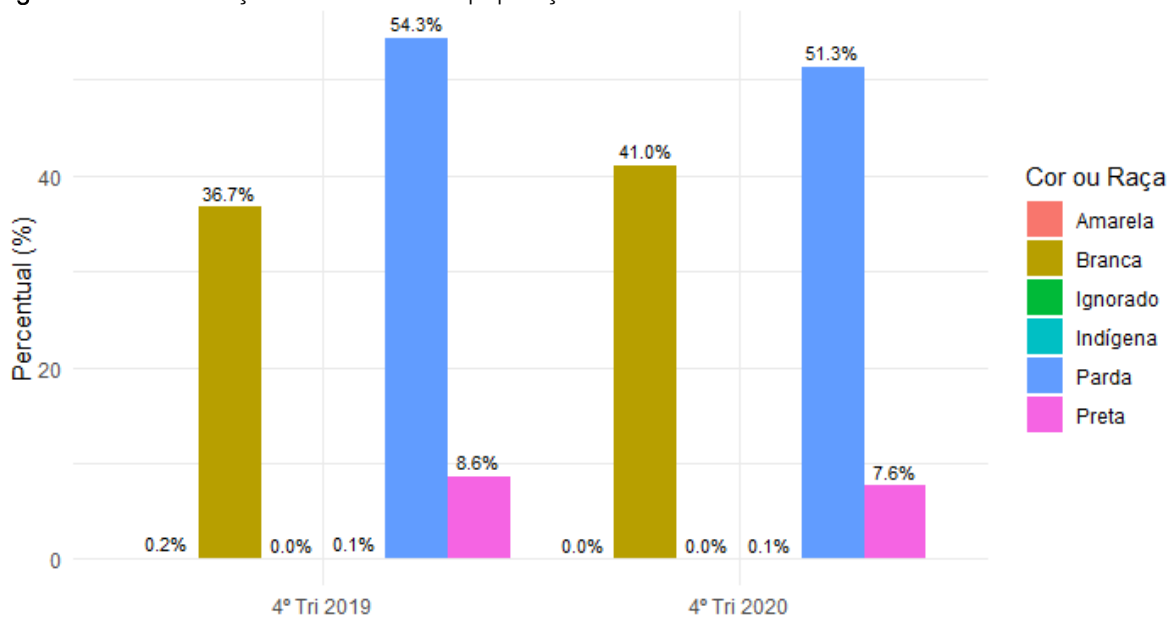
Fonte: PNADC, 2024. Elaboração própria.

Analisando o percentual de concentração do Estado, conforme demonstram as informações da Figura 1, percebe-se uma relativa mudança da distribuição populacional durante o período. No 4º trimestre de 2020 houve uma maior concentração populacional fora da região metropolitana, ocorrendo um aumento de mais de 4 pontos percentuais, saindo de 57,73 para 61,97. Tal fato pode ser explicado pela desconcentração populacional na Capital e Região Metropolitana, muito provavelmente devido ao retorno das pessoas para os seus espaços de origem seja porque as aulas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado, ou mesmo porque pessoas perderam seus empregos em razão do fechamento do comércio, como medida protetiva ao processo de disseminação do vírus.

Logo, a concentração populacional na Região Metropolitana, excluindo a Capital,

passou de 15,96 para 12,5, indicando um maior impacto nos aspectos migratório por parte da população com menor poder aquisitivo, tendo em vista que a permanência da concentração de pessoas na capital do Estado pode ser explicado, de modo relativo, pelo maior poder aquisitivo da população que ali permanece e que começa a desenvolver mecanismos de trabalho diferenciados, instaurando nesse contexto, o chamado mecanismo de teletrabalho.

Figura 2. Caracterização étnico-racial da população



Fonte: PNADC, 2024. Elaboração própria.

Tais impactos se apresentam com maior evidência quando se analisa a caracterização étnico-racial da população (Figura 2). Assim, constata-se que, no período antes da pandemia, no trimestre de 2019, pretos e pardos somavam quase 63% da população no Rio Grande do Norte, enquanto brancos representavam 36,7% da população.

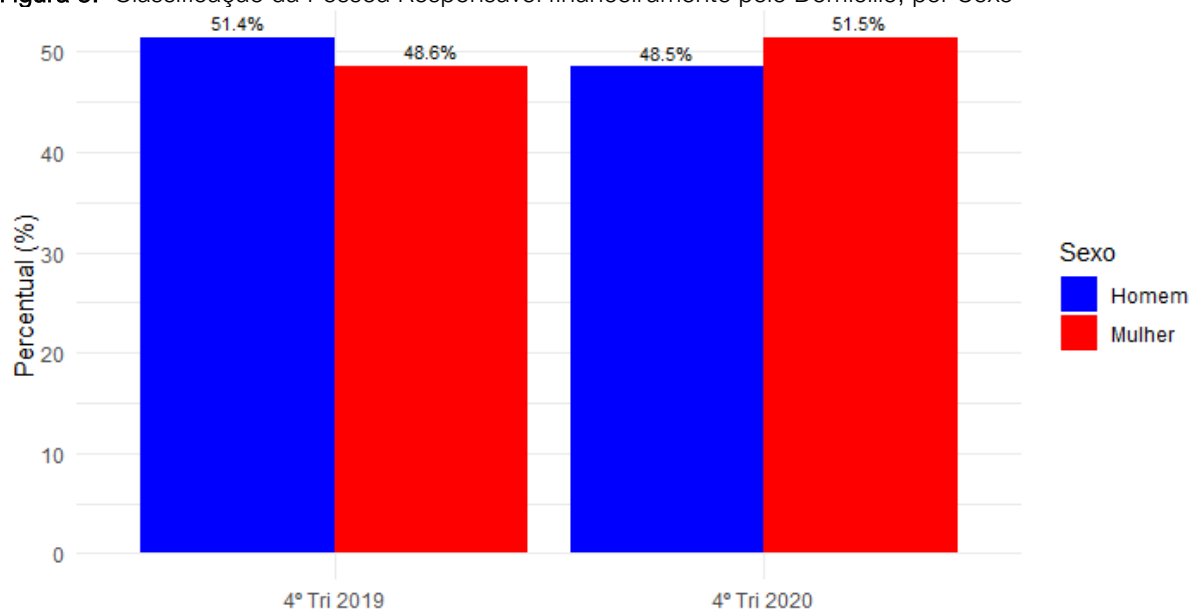
Com o advento da Pandemia de Covid-19, ocorreu uma inversão nesse quesito, com a população preta e parda passando a representar 58,9%, enquanto a população branca passou a representar 41% da população. Esse resultado é explicado por Santos et al. (2020) em seu trabalho intitulado “População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde”. Para os autores citados:

A pandemia da Covid-19 está revelando que os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, aqueles com baixa proteção ao emprego

e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de óbito. (Santos et al., 2020, p. 236).

Em relação aos impactos econômicos, pode-se destacar que as mulheres passam a assumir, em sua maioria, a responsabilidade pelos gastos domésticos, pela situação financeira do lar. Segundo as informações apresentadas na Figura 3, ocorre uma inversão de papéis nesse período, onde em 2019, antes da pandemia, os domicílios apresentavam 51,5% de seus responsáveis pessoas do sexo masculino e, em 2020, no contexto pandêmico, esse percentual reduz para 48,5%. Ou seja, as mulheres, que em 2019 eram responsáveis financeiramente por 48,6% dos domicílios, passaram a ser corresponsáveis financeiramente por 51,5% dos domicílios no período analisado.

Figura 3. Classificação da Pessoa Responsável financeiramente pelo Domicílio, por Sexo



Fonte: PNADC, 2024. Elaboração própria.

É curioso notar que, segundo Brito (2020), em 2019, os homens obtiveram rendimento médio mensal 29% mais alto que as mulheres, e considerando os salários por raça, gênero e profissões específicas (engenheiros e arquitetos, médicos, professores, administradores e cientistas sociais), pesquisa realizada em 2020 demonstrou “que homens brancos têm um salário médio 159% maior do que o das mulheres negras e 66,5% maior do que o das mulheres brancas, considerando exclusivamente indivíduos com ensino superior completo” (Brito, 2020, p. 3).

Assim, a diferença na remuneração demonstra que existe uma desigualdade no

mercado de trabalho em termos salariais, necessitando da implantação de políticas públicas capazes de permitir uma redução/atenuação desse diferencial de rendimentos, especialmente nas atividades que possuem a mesma produtividade para diferentes trabalhadores, o que implica “mudar as normas sociais, uma vez que são essas normas que estão por trás da maior demanda feminina por maior flexibilidade” (Brito, 2020, p. 5).

Segundo Giddens (2008), “apesar dos progressos das mulheres em países de todo o mundo, as diferenças de gênero continuam a servir de base para as desigualdades sociais” (Giddens, 2008, p. 114), e que elas “não são determinadas biologicamente, mas geradas culturalmente. Neste sentido, existem desigualdades de gênero, pois os homens e as mulheres são socializados em papéis diferentes” (Giddens, 2008, 110).

Vitoriano (2023) realizou uma pesquisa sobre as condições de trabalho da mulher no sistema de saúde durante a Pandemia de Covid-19. Com base no estudo, “nota-se que há um aumento de 3.2 pontos percentuais da participação feminina em 4 anos (2018-2022) na força de trabalho, o que é positivo”.

Segundo a autora citada, este relativo aumento deve-se ao fato de que como de forma geral nos setores econômicos produtivos existe uma predominância de mão de obra do sexo masculino, a partir do momento em que ocorre uma desaceleração/paralisação das atividades por meio do fechamento de comércio e indústrias, em razão das medidas de isolamento social, claro está que essa população sofre o impacto direto do fechamento dos estabelecimentos comerciais, havendo inclusive o desligamento dessa população no trabalho que realizava, o que implicou na necessidade de as mulheres assumirem o papel de provedora financeira do lar.

Com isso,

As análises da participação em ocupações no setor de saúde, por sexo, evidenciaram uma presença massiva de mulheres em postos de trabalho onde a arte de cuidar predomina, são eles: Técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros de nível superior, Fonoaudiologia, Nutrição e áreas semelhantes, onde também predomina certa desvalorização social e econômica, além de precarização. Ademais, através de dados empíricos percebeu-se que as mulheres trabalhadoras do setor de saúde, e principalmente da enfermagem, por estarem na linha de frente do enfrentamento ao coronavírus, foram as maiores acometidas pela doença. (Vitoriano, 2023, p. 7).

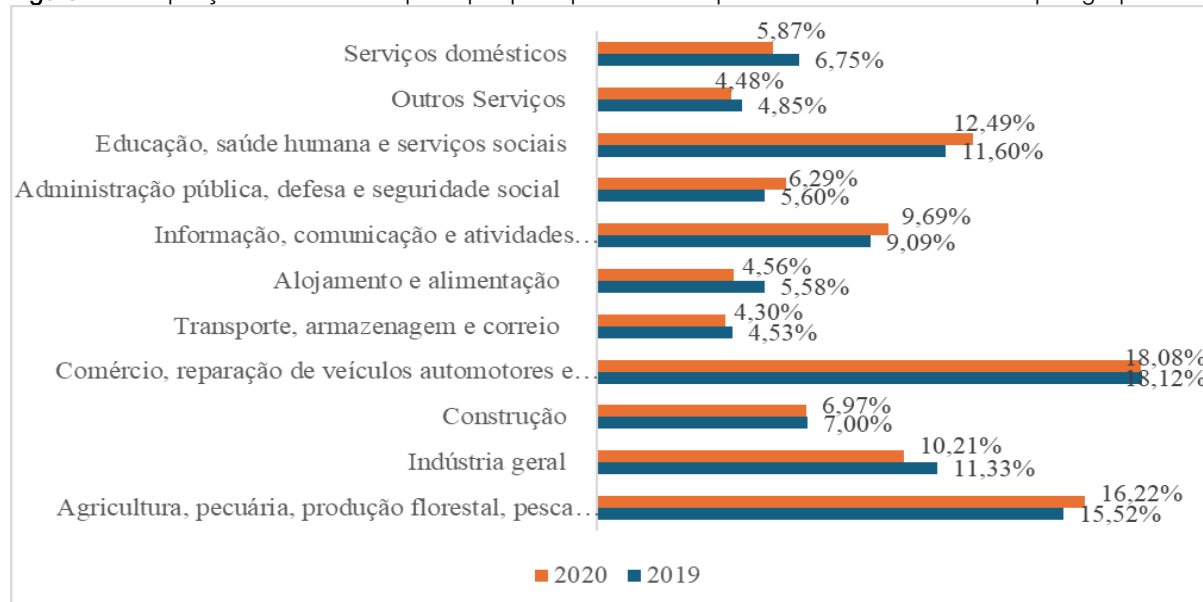
Assim, pode-se elucidar a inversão caracterizada na Figura 3 acima, onde os domicílios, no contexto pandêmico, passaram a ter mulheres como principais responsáveis financeiramente, pela perda de postos de trabalho da mão de obra

masculina, bem como destaca-se que as mulheres empregadas estão alocadas em subsetores de menor perda de vagas durante a Pandemia de Covid-19, como o setor de saúde e de cuidador(a) de idosos, por exemplo.

Ademais, ao analisar os impactos sobre a atividade principal para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, por setor, percebe-se que as atividades ligadas aos Serviços Domésticos ou Outros Serviços sofreram redução relativa a partir da eclosão da Pandemia de Covid-19, assim ocorrendo também nas categorias denominadas Serviços de Alojamento e Alimentação, e a Indústria em geral.

Já as atividades ligadas à Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, além da Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Agricultura, Pecuária, Pesca e Produção Florestas aumentaram relativamente, em proporção, o número de pessoas ocupadas durante a pandemia (Figura 4).

Figura 4. Proporção da atividade principal para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais por grupamento



Fonte: PNADC, 2024. Elaboração própria.

A redução das atividades de serviços que geram aglomeração, os períodos necessários de lockdown, bem como os investimentos essenciais em saúde, segurança, entre outros, necessários ao enfrentamento/combate da Pandemia de Covid-19, podem explicar tais mudanças. Contudo, a Pandemia de Covid-19 agravou as condições de subutilização da força de trabalho, conforme mostram as informações da Tabela 2.

Assim, a taxa de desocupação¹ aumentou mais de 2,6 pontos percentuais entre os trimestres considerados, passando de 12,95, antes da pandemia, para 15,60 após a eclosão dela. No quarto trimestre de 2019, a taxa de subocupação² era de 25,47%, enquanto no quarto trimestre de 2020 a taxa de subocupação alcançou 28,57%. Em relação à taxa de desalento da força de trabalho ampliada³, destaca-se que no quarto trimestre de 2019, esta taxa que era de 9,13%, alcançou 11,84% no quarto trimestre de 2020 no Rio Grande do Norte.

Tabela 2. Medidas de subutilização da força de trabalho do RN (2019.4 - 2020.4)

	Trimestre	
	2019.4	2020.4
Taxa de Desocupação	12,95	15,60
Taxa de Subocupação	25,47	28,57
Taxa de Desalento	9,13	11,84
Percentual de Desalento	12,89	16,05
Percentual de Desalento na força de trabalho potencial	69,92	70,80

Fonte: PNADC, 2024. Elaboração própria.

Portanto, o percentual de desalento na força de trabalho reflete o percentual de pessoas desencorajadas a procurar trabalho, o que pode se dar pela falta de oportunidades ou expectativas negativas no tocante ao mercado de trabalho, o que reflete na capacidade de análise mais abrangente em termos da subutilização da força de trabalho.

Já o percentual de desalento⁴, destaca-se que no quarto trimestre de 2020 um quantum de 16,05%, quando comparado com o mesmo período de 2019, que foi de 12,89%, implicando em um aumento de quase 3,2 pontos percentuais. Desta forma,

¹Calculada por meio da divisão entre o quantitativo de Pessoas Desocupadas e Pessoas Ocupadas, somada à de Pessoas Desocupadas. $\%PD = PD / (PD + PO)$

²Calculada pela divisão entre a soma de Pessoas Desocupadas e Pessoas Subocupadas, somada a de pessoas ocupadas e desocupadas. $\%SUB = SUB / (SUB + OCUP)$

³Calculada pela divisão entre o quantitativo de Pessoas Desalentadas e a soma de Pessoas Ocupadas e de Pessoas Desocupadas, e Pessoas fora da força de trabalho, mais a força de trabalho potencial. $\%DES = DES / (OCUP + DESOC + FORA\ FT)$

⁴Calculada pela divisão de Pessoas Desalentadas e o somatório das Pessoas Fora da Força de Trabalho e Fora do Trabalho Potencial.

pode verificar que a Pandemia de Covid-19 agravou a crise econômico-financeira já em curso, desde 2011, 2015 e 2016, evidenciando as assimetrias sociais e econômicas existentes no Rio Grande do Norte, acarretando, por isso, maiores impactos entre as comunidades historicamente marginalizadas e vulneráveis. Assim, este estudo lançou luz para questões estruturais profundas, como a precarização do mercado de trabalho, a concentração populacional em determinadas áreas e as desigualdades de gênero e raça.

5. Considerações finais

O estado do Rio Grande do Norte, que já vinha de uma trajetória de baixo crescimento econômico desde meados de 2011, teve sua situação agravada com a recessão econômico-financeira em 2015 e 2016. A busca pelo equilíbrio fiscal e os esforços para aumentar o crescimento econômico do estado, iniciados em 2019, se deparou no final desse ano com um grande desafio que alterou não apenas as expectativas dos agentes, como também a estrutura social e econômica em nível nacional, estadual e municipal.

A queda da concentração populacional na região metropolitana pode ser justificada por uma "desconcentração espúria do emprego", devido ao desemprego mais pronunciado em setores concentrados nas áreas urbanas, ao invés de um aumento real do emprego no interior do estado.

Outra mudança intrigante é o fato de as mulheres terem se tornado maioria no que se refere a responsabilidade financeira no domicílio, apesar de continuarem recebendo salários menores em relação aos homens, o que pode ser explicado pelo fato de os homens terem sido os mais afetados pelo processo de demissões ocorrido no período, ao contrário das mulheres que são minoria nos setores mais atingidos pela crise (indústria e construção civil, por exemplo).

Como se pode esperar, todas as medidas de subutilização da força de trabalho apresentaram um quadro de piora dos seus indicadores, com destaque para o número de desalentados, que são aqueles desempregados que desistiram de procurar emprego, tanto pela questão atípica da quarentena e isolamento social, como pela falta de perspectivas em relação ao mercado de trabalho e outras oportunidades de ganhos financeiros.

Diante disso, pode-se inferir, e como já destacado, que os efeitos da pandemia são multifacetados e complexos, o que implica ter que lidar com a disseminação de um vírus com alto grau de letalidade no contexto de falta de estruturas necessárias para atenuar os efeitos imediatos da crise sanitária, ao mesmo tempo descortina as desigualdades sociais existentes, a vulnerabilidade ambiental, as diferenças populacionais em termos de oportunidades (ou não) de renda e emprego e a importância do Sistema Público de Saúde, apesar das fragilidades e dos desafios estruturais existentes.

Mais do que isso, a Pandemia de Covid-19 exigiu e ressaltou a necessidade de direcionar investimentos e políticas de proteção social para atender, respectivamente, a demanda urgente de saúde pública e a população carente de recursos para sobreviver em tempos de isolamento social. Além do mais, revelou a importância de se ter, ao mesmo tempo, um sistema de saúde capaz de enfrentar rapidamente todas as questões e problemas que se mostram limitados no âmbito da assistência básica e complexa, papel assumido no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e um sistema público funerário preparado para atender a uma demanda crescente, além da implantação de medidas de proteção social – como o auxílio emergencial, créditos específicos para empresas, entre outros - objetivando minimizar a instabilidade econômica ocasionada pela disseminação do vírus e medidas de isolamento social. Além do mais, e de forma específica, a Covid-19 impactou, sobretudo, as questões estruturais mais profundas da sociedade norte-riograndense como a precarização do mercado de trabalho, a concentração populacional em determinadas áreas e as desigualdades de gênero e raça.

Por fim, cabe, como sugestão para a realização de novas pesquisas, a necessidade de se averiguar a persistência dos efeitos que a Pandemia de Covid-19 tem proporcionado em períodos mais longos, até o momento, em termos sociais e econômicos, objetivando refletir sobre as mudanças que ocorreram pós-Pandemia de Covid-19, bem como sobre a capacidade de resiliência do Estado e da população a esses efeitos provocados por crises como a da Pandemia.

Referências

AQUINO, J. R.; NUNES, E. M. Desempenho recente e perspectivas da economia do Rio Grande do Norte no século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, edição especial, 2019.

Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1321>. Acesso em: 3 jan. 2025.

ASSUNÇÃO, L. M. C. de M.; RIBEIRO, L. C. de S.; MOURA, F. R. de. **Efeitos da pandemia COVID-19 sobre o setor de serviços do Brasil: uma análise a partir do modelo VARX**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS – ENABER, 20., 2022, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ABER, 2022. Disponível em: <https://brsa.org.br/enaber-2022/#artigos>. Acesso em: 3 mai. 2025.

BRIDI, M. A. A pandemia COVID-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRITO, D. J. M. **A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro?** Observatório Mercado de Trabalho do Nordeste e Covid-19, boletim n. 3, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345008184_A_pandemia_da_Covid-19_amplia_as_desigualdades_de_genero_ja_existentes_no_mercado_de_trabalho_brasileiro. Acesso em: 28 jun. 2025.

CIFELLI, G. Efeitos da pandemia de Covid-19 na dinâmica territorial do turismo em municípios paulistas de relevância patrimonial. **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 26, n. 3, e203595, dez. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/200971>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.200971.pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem forte impacto na desigualdade e no emprego**. Nações Unidas, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 2 mai. 2025.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da COVID-19**. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, n. 71, 2021. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/nta3>. Acesso em: 8 mai. 2025.

FARIAS, M. N.; JUNIOR, J. D. L. Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, e2099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN2099>. Acesso em: 3 fev. 2025.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Tradução da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN 978-972-31-1075-3.

GLOBAL PREPAREDNESS MONITORING BOARD. **A world at risk: annual report on global preparedness for health emergencies**. Geneva: World Health Organization, set.

2019. Disponível em: <https://www.gpmb.org/docs/librariesprovider17/default-document-library/annual-reports/gpmb-2019-annualreport-en.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GRÄF, T. **Diversidade dos coronavírus, origem e evolução do SARS-CoV-2**. In: BARRAL-NETTO, M.; BARRETO, M. L.; PINTO JUNIOR, E. P.; ARAGÃO, E. (orgs.). *Construção de conhecimento no curso da pandemia de COVID-19: aspectos biomédicos, clínico-assistenciais, epidemiológicos e sociais*. Salvador: EDUFBA, 2020. v. 1. DOI: <https://doi.org/10.9771/9786556300443.001>.

HEIGHTMAN, M. et al. post-COVID-19 assessment in a specialist clinical service: a 12-month, single-centre, prospective study in 1325 individuals. **BMJ Open Respiratory Research**, v. 8, n. 1, e001041, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmjresp-2021-001041>. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 9 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 5 nov. 2024.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, p. 647, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>. Acesso em: 8 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Pandemia de Covid-19 atrasa avanços no acesso à energia. **ONU News: Perspectivas Globais, Reportagens Humanas**, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1791052>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NOGUEIRA, J. V. D. Conhecendo a origem do SARS-CoV-2 (COVID-19). **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 11, n. 2, p. 115–124, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/10321>. Acesso em: 13 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Coronavírus**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>. Acesso em: 5 nov. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS GLOBO (G1). Balanço indica que 2021 foi o ano mais letal da pandemia no país. **Jornal Nacional**, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/balanco-indica-que-2021-foi-o-ano-mais-letal-da-pandemia-no-pais.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2025.

PORTAL DE NOTÍCIAS GLOBO (G1). **OMS declara o fim da emergência global de**

Covid. Jornal Nacional, 5 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/05/oms-declara-o-fim-da-emergencia-global-de-covid.ghhtml>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PUJOL, L. **Por que mais mortes entre homens por Covid-19 ainda é mistério para a ciência**. *BBC News Brasil*, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55051476>. Acesso em: 5 ago. 2025.

R CORE TEAM. **R: a language and environment for statistical computing**. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, M. P. A. dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 225–244, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Acesso em: 5 nov. 2025.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de. **Desenvolvimento e mercado de trabalho em tempos de Covid-19: os impactos dos auxílios emergenciais na Região Metropolitana de Natal e no Rio Grande do Norte**. In: CLEMENTINO, M. L. M.; ALMEIDA, L. S. B.; SILVA, B. C. N. (orgs.). *Em tempos de pandemia: contribuições do Observatório das Metrópoles: núcleo Natal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 201. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Em-Tempos-de-Pandemia_16.pdf.

TROVÃO, C. J. B. M.; SILVA JUNIOR, A. H. **Por dentro da PNAD Contínua: uma introdução ao tratamento de dados usando o R**. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48507/1/PorDentrodaPNADContinua_Trov%C3%A3o_SilvaJ%C3%BAnior_2022.pdf.

VITORIANO, A. L. A. **Condições de trabalho da mulher na saúde durante a Covid-19: reflexão à luz da agenda do trabalho decente da OIT**. 2023. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53869>.

WORDOMETERS. **Coronavírus Cases**. 2024. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Recebido em: junho de 2025
Aceito em: novembro de 2025